



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: 1006650-08.2018.8.26.0037
 Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral
 Requerente: Anderson Getulio Rozendo dos Santos
 Requerido: Matheus Zampieri e outro

Juiz de Direito: Dr. ROGERIO BELLENTANI ZAVARIZE

Vistos.

Trata-se de ação de indenização, alegando que o réu Matheus foi indicado como arquiteto e contratado pelo autor, ficando ajustado que faria projeto de obra entre 40 a 44 m2, assumindo ele a responsabilidade como profissional. Cobrou R\$1.680,00 para taxas e ART. O autor pagou R\$900,00 pelo projeto. Depois de um tempo, o réu disse que o projeto estava aprovado e que a obra poderia ser iniciada. O autor, desconfiado, procurou na Prefeitura e soube que não estava aprovado o projeto. A genitora do réu devolveu os R\$1.680,00 por um cheque que depois foi sustado. Precisou contratar um engenheiro, que constatou que o projeto estava errado, com 50,94 m2, e precisou ser readequado, o que gerou um prejuízo de R\$2.365,00. Diz que o fato lhe causou constrangimento e dano moral. Requer indenização por prejuízos de R\$10.986,00 e pelos danos morais em R\$20.000,00.

O relatório é dispensado (art. 38, caput da Lei nº 9.099/95).

A contestação nega que tenha havido atuação na condição de arquiteto, mencionando que o réu é estudante do curso de arquitetura. Negou, então, a relação com o autor.

A despeito da controvérsia, a contratação está comprovada, e bem assim os serviços equivocados.

A inicial está acompanhada de recibo de R\$1.680,00 relativos aos serviços de abertura de ART e taxas, assinado pelo réu, segundo o autor (pág. 11). Também trouxe a cópia de um cheque entregue pela mãe do réu de R\$1.680,00, sustado (pág. 15/16), e que seria para devolução daquela quantia.

A contestação negou a contratação, mas não impugnou referidos documentos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

Incide na espécie o disposto no art. 411, III do Código de Processo Civil, segundo o qual "Considera-se autêntico o documento quando: não houver impugnação da parte contra quem foi produzido o documento". Em complemento, dispõe o art. 412, caput: "O documento particular de cuja autenticidade não se duvida prova que o seu autor fez a declaração que lhe é atribuída".

Referidos documentos são indicativos da existência de algum negócio. A conclusão foi confirmada através da prova testemunhal, produzida mediante contraditório.

A testemunha Emanuel foi pedreiro do autor. Declarou que autor e réu foram até sua casa e apresentaram o projeto, e, uma vez ajustados, pegou o serviço. Depois, o réu ali voltou sozinho e disse ao depoente que deveria começar a obra, entregando o projeto com o desenho. O trabalho foi iniciado. Posteriormente veio a saber que o projeto não estava de acordo com o padrão ("minha casa, minha vida") e o autor precisou contratar outro engenheiro e alterar partes da casa. Soube que, embora o réu tenha "autorizado" a obra, não tinha sido feito o projeto respectivo.

Com efeito, a prova é segura para confirmar que o réu Matheus assumiu a condição de arquiteto para realizar o projeto pretendido pelo autor, e recebeu valores para tanto, mas não era arquiteto e formulou desenho da planta com erros que comprometeram o projeto.

Foi o próprio réu quem comprovou de fato não ser arquiteto, pois anexou aos autos sua carteira de estudante universitário do respectivo curso (pág. 70).

Uma vez equivocada a prestação de serviços, há determinados valores que deverão ser ressarcidos ao autor.

O primeiro é o pagamento de R\$900,00, informado na inicial e não negado na contestação. Equivale ao projeto arquitetônico.

Igualmente, o valor de R\$1.680,00, que o autor adiantou para pagamento dos serviços de abertura de ART e taxas (pág. 11).

Os dois valores não deveriam ter sido pagos, e o foram por erro, já que o autor imaginou fosse o réu arquiteto de fato responsável. Não podem deixar de ser devolvidos, pois o réu se locupletaria indevidamente, sem motivo ou justificativa.

O autor sustenta que teve despesas com pedreiro para a regularização da obra, pois as medidas fugiam do padrão do programa social



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
 RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

descrito. Há recibos do pedreiro de R\$1.000,00 para padronização das medidas (pág. 17) e de R\$2.500,00 relativos à "diferença da metragem" da residência (pág. 18). Pelo que neles consta e de acordo com o depoimento do mesmo pedreiro, eles correspondem às despesas necessárias para a correção dos erros.

São estas as verbas que deverão ser ressarcidas. Somam a importância de R\$6.080,00.

A nota de aquisição de materiais (pág. 19) não pode ser incluída na condenação, pois não há suficiente demonstração de sua efetiva relação com a adequação da obra.

O contrato com o engenheiro no valor de R\$1.050,00 veio aos autos (págs. 20/22). Não pode ser incluso no valor da condenação, pois foi serviço que o autor efetivamente utilizou, diversamente do valor pago indevidamente ao réu Matheus. Afinal, algum engenheiro o autor haveria mesmo de ter contratado para sua obra.

O fato, sem dúvida, gera abalo indenizável, sendo de se presumir a repercussão em sua esfera psíquica, não se limitando a situação a um mero incidente de natureza contratual. Afinal, deixou o autor em difícil situação, iniciando a obra sem projeto correto e depois precisando quebrar uma parte dela, atrasando a conclusão final.

A indenização por dano moral não tem critérios tarifados estabelecidos pela lei, mas há parâmetros bem delineados pela jurisprudência, de modo a atender aos parâmetros do art. 944 do Código Civil. A indenização não pode se transformar em fonte de rendimentos sem motivo, mas deve servir para compensar a lesão e inibir novas condutas desta natureza. O patamar de R\$5.000,00 é suficiente à reparação, sem provocar indevido enriquecimento. Neste caso, não se justifica adoção do alto valor pleiteado pelo autor.

A correção monetária incide desde a sentença de arbitramento, de acordo com a uniformização da jurisprudência pelo Superior Tribunal de Justiça (Súmula nº 362). Os juros moratórios devem seguir o mesmo termo, pois haverá evidente descompasso se retroagirem à data da citação ou do próprio ato que originou a ação, pois ainda não existia o arbitramento da indenização. Neste sentido, há indicação da doutrina (Cahali, Yussef Said. Dano Moral. RT, 4ª Ed., 2011, p. 639) e precedentes do Superior Tribunal de Justiça (REsp n. 903.258/RS; rel. Ministra Maria Isabel Galotti) e do Tribunal de Justiça de São Paulo confirmando sentença por nós proferida, mantendo a incidência dos juros mora desde a sentença de arbitramento da indenização (Ap. nº 1000482-02.2015.8.26.0067; Rel.: Jovino de Syllos; 16ª Câmara de Direito Privado; j.: 31.01.2017).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

Para os fins do art. 489, §1º, IV do Código de Processo Civil, não há outros argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada e que não tenham sido considerados e valorados.

Diante do exposto, julgo **PROCEDENTE EM PARTE** a pretensão para condenar os réus ao pagamento de indenização por dano material no valor de R\$6.080,00, corrigidos monetariamente pela tabela prática do Tribunal de Justiça de São Paulo desde o ajuizamento e acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês desde a citação; e ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R\$5.000,00, corrigidos monetariamente pela tabela prática do Tribunal de Justiça de São Paulo e acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês desde a sentença. Não há sucumbência nesta fase (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

O recurso cabível é o denominado (art. 41 da Lei nº 9.099/95). O preparo compreende as custas dispensadas em primeiro grau (art. 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95 e art. 4º, I e II da Lei Estadual nº 11.608/03, com as alterações da Lei nº 15.855/15); é a soma de 1% do valor da causa ou cinco Ufesps (o que for maior), mais 4% da condenação ou cinco Ufesps (o que for maior).

Por força do art. 52, III, da Lei nº 9.099/95, a parte vencida desde já fica ciente: 1) incidirá multa de 10% sobre a condenação se não for paga em quinze dias após o trânsito em julgado, mediante oportuna intimação para tanto, conforme art. 523 do Código de Processo Civil; 2) se o débito não for pago, o nome do devedor poderá ser anotado no SPC, e poderá ser expedida certidão para protesto da sentença condenatória (art. 517 do Código de Processo Civil).

Após o trânsito em julgado, em caso de depósito para cumprimento da condenação (antes de instaurada a execução), seguido de concordância (ou silêncio) da parte credora a respeito, expeça-se mandado de levantamento e arquivem-se os autos.

Publique-se. Intimem-se.
 Araraquara, 19 de outubro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006